

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 4 a 8 de janeiro de 2016, em Brasília.

COMPASSO DE ESPERA

Com o Congresso em recesso, a economia será o tema mais importante da agenda política. O ministro Nelson Barbosa vai se dedicar à difícil tarefa de tranquilizar o mercado e conter a pressão petista por mudanças.

O novo ministro é da linha desenvolvimentista, mas, para que possa colocar em prática algumas de suas políticas, precisa restabelecer a confiança. Por isso, tem dito que manterá o ajuste fiscal, pois sem este não será possível restabelecer o crescimento. Neste contexto, é preciso saber ainda quanto tempo vai durar a lua de mel com o PT.

A Operação Lava-Jato deve prosseguir e seus desdobramentos vão influenciar a volta dos trabalhos do Congresso, em fevereiro. A PGR pode fazer novas demandas ao ministro Teori Zavaski (STF) e, eventualmente, podem surgir novas investigações. Já as delações premiadas continuam ocorrendo, ou sendo noticiadas, e os depoimentos dos delatores sendo homologados no STF. A tensão política será mantida.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ganhou uma sobrevida, mas continuará pisando em brasa. Ele está na mira da PGR, da opinião pública e dos principais partidos.

Poder Executivo

Presidência da República

Após passar a virada do ano em Porto Alegre/RS, a presidente **Dilma Rousseff** retornou à Brasília/DF onde se reuniu com o ministro **Jaques Wagner** (Casa Civil).

Secretaria de Aviação Civil (SAC)

Nesta terça (5), o ministro interino **Guilherme Ramalho** inicia seu período de férias, devendo retomar suas atividades somente na próxima quarta (13).

Secretaria de Governo (SG)

O ministro **Ricardo Berzoini** iniciou hoje (4) suas férias, tendo o retorno à suas atividades normais previsto para a próxima quinta (14).

Secretaria de Portos (SEP)

O ministro **Helder Barbalho** se reuniu nesta segunda (4) com diretor de Novos Negócios da Triunfo Participações e Investimentos, **Joel Peito**.

Ministério da Fazenda (MFAZ)

Representantes do Ministério vão a Xangai (China) para participar de missão para auxiliar na implantação do **Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)**, que teve sua criação oficializada em julho de 2014, durante a sexta cúpula do BRICS, como uma alternativa ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Banco Central do Brasil (BACEN)

O **Boletim Focus** divulgado hoje (4) estimou que a economia brasileira deve encolher 2,95%, este ano. Esse foi o 13º ajuste consecutivo na projeção de queda do PIB. O encolhimento da economia vem acompanhado de inflação acima do teto da meta (6,5%), em 6,87%. Na semana passada, a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estava em 6,86%. O centro da meta de inflação é 4,5%. A pesquisa do Banco Central também traz a projeção para a

	<p>inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) que permanece em 6,14%, este ano. Para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), a estimativa foi ajustada de 6,48% para 6,51%. A estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) segue em 5,81%. A projeção para a alta dos preços administrados permanece em 7,5%. A projeção para a cotação do dólar subiu de R\$ 4,20 para R\$ 4,21, no fim deste ano. A estimativa para o déficit em transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e as transferências de renda do país com o mundo, passou de US\$ 38,6 bilhões para US\$ 38,5 bilhões, este ano. A estimativa para o superávit comercial (exportações maiores que importações de produtos) subiu de US\$ 33 bilhões para US\$ 35 bilhões.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p> <p>Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)</p>	<p>O ministro Eduardo Braga encontra-se de férias, devendo retornar em 10 de janeiro.</p> <p>O diretor-geral Romeu Rufino está de férias, e retomará suas atividades na próxima sexta, 15 de janeiro.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>O ministro Armando Monteiro segue em afastamento de duas semanas para tratar de assuntos particulares, devendo retornar às atividades ministeriais nesta quarta (6).</p> <p>A balança comercial divulgada nesta segunda (4) encerrou 2015 com superávit (exportações maiores que importações) de US\$ 19,681 bilhões. O resultado superou previsão do governo, de superávit de US\$ 15 bilhões, e é o melhor desde 2011, quando a balança fechou o ano superavitária em US\$ 29,7 bilhões. O saldo representa uma recuperação frente a 2014, quando a balança comercial brasileira terminou negativa em US\$ 4 bilhões, primeiro déficit registrado desde 2000. O superávit resulta de US\$ 191,1 bilhões em exportações e US\$ 171,4 bilhões em importações. Foi informado ainda o saldo de dezembro, que ficou positivo em US\$ 6,24 bilhões. Apesar do resultado positivo da balança, 2015 foi um ano de queda das vendas do Brasil para o exterior. As exportações registraram retração de 14,1% na comparação com 2014. Nas importações, a queda foi de 24,3%. O superávit da balança comercial deveu-se à queda das importações em ritmo mais acentuado que as exportações. O país desacelerou a compra de bens no exterior devido a fatores como a queda na atividade econômica e o dólar em alta.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p> <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</p>	<p>Foi publicada hoje (4) a nomeação de Francisco Gaetani para exercer o cargo de secretário-executivo do Ministério. Ele exercia o cargo de secretário executivo do Ministério de Meio Ambiente (MMA), que será agora exercido por Carlos Augusto Klink, que deixa o comando da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA.</p> <p>O instituto divulgará ao longo da semana quatro estudos e pesquisas produzidas em 2015. Na quinta (7), será apresentada a <u>Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil</u>, e, na sexta (8) o IBGE divulga os <u>Índices de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação</u>; o <u>Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo</u> e <u>Índice Nacional de Preços ao Consumidor</u>; e <u>dados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e</u></p>

	<u>Índices da Construção Civil.</u>
Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)	O ministro Miguel Rossetto iniciou hoje (4) suas férias, tendo o retorno à suas atividades normais previsto para o dia 18 de janeiro.
Ministério dos Transportes (MTrans) Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	A Agência prorrogou nesta segunda (4) o prazo para recebimento de contribuições referentes às Consultas Públicas nº 006/2015 (Emissão de atestados para fins de <u>habilitação das concessionárias de ferrovias e rodovias ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – Reidi</u>) e nº 007/2015 (Regulamenta a <u>atuação das comissões, que possuem a finalidade de promover a proximidade dos prestadores de serviços regulados com os usuários, sociedade e ANTT</u>). Os interessados poderão <u>encaminhar sugestões</u> até o dia 18 de janeiro.

Política

Planalto tenta blindar Ministro da Fazenda de pedaladas. O pagamento das pedaladas fiscais pelo governo Dilma Rousseff não foi suficiente para afastar o fantasma das manobras em 2016. O novo foco de preocupação do Palácio do Planalto no Tribunal de Contas da União (TCU) é o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Até março, o TCU vai realizar a última parte do julgamento do caso e definir, portanto, a atribuição de responsabilidade para cada uma das 17 autoridades do governo arroladas no processo. Entre as penas que o tribunal pode atribuir estão desde multas até a inabilitação para o serviço público, o que exigiria a demissão imediata dos condenados. Barbosa é considerado fundamental para o plano do governo de recuperar credibilidade na área econômica neste início de ano e o Palácio do Planalto já trabalha por sua preservação no caso das pedaladas. Uma eventual condenação do novo titular do Ministério da Fazenda jogaria, na avaliação do governo, mais insegurança e incerteza no mercado. Nelson Barbosa deve usar a seu favor o ofício assinado pelo procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público de Contas, que isentou o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), de responsabilidade na edição de decretos com a liberação de gastos. Conforme o procurador, Temer não pode ser culpado por ter assinado decretos idênticos aos de Dilma e que estão citados no processo de impeachment na Câmara dos Deputados, uma vez que ele apenas seguiu a diretriz estabelecida pela presidente. O vice alega que a política econômica é definida pela chefe de Estado. Foi a mesma lógica apontada pelo procurador, destacando que Temer assinou como presidente interino. Os dois pontos – a edição desses decretos e as pedaladas fiscais – fazem parte do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff aberto na Câmara dos Deputados e que será analisado a partir do mês que vem.

Wagner diz que governo reconhece erros na economia e está confiante sobre impeachment. No primeiro dia útil de 2016, o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, usou as redes sociais para fazer declarações sobre os dois assuntos que mais preocupam o governo neste início do ano: o impeachment e a crise econômica. Por meio de suas contas no Twitter e no Facebook, Wagner afirmou nesta segunda-feira, 4, que a presidente Dilma Rousseff está confiante em relação ao processo que pede o seu afastamento e que o governo não apenas reconhece os erros que cometeu na economia, como está trabalhando para resolvê-los. Para ele, o rito estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as "manobras" do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o que "acabou com a banalização e a tentativa de uso político do impeachment".

Dilma sanciona MP que eleva tributos de bebidas e itens de informática. A presidente Dilma Rousseff sancionou, com vetos, a medida provisória 690, que aumenta a tributação sobre bebidas alcoólicas e produtos de informática. A sanção foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, com data de 31 de dezembro. O Congresso havia aprovado essa medida em dezembro. O objetivo do governo com as alterações é obter um acréscimo na arrecadação em um momento de crise financeira. A expectativa é que

as alterações tragam receita de R\$ 7,7 bilhões em 2016. No caso das bebidas, a medida provisória atinge somente as chamadas bebidas quentes, como vinho, cachaça e uísque. Além do aumento, houve uma mudança na forma de cobrança: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passa a ser calculado com uma alíquota sobre o valor do produto (alíquota "ad valorem") e não mais, como ocorria antes, por um valor fixo em relação a determinada quantidade produzida. Na prática, será cobrado um valor porcentual sobre o valor do produto na saída da indústria. As alíquotas vão variar de 10% a 30%, dependendo do tipo de bebida. Os percentuais foram definidos por decreto já editado pelo governo. A presidente Dilma vetou trechos incluídos pelo Congresso que limitavam um valor máximo de IPI a ser cobrado, sob a justificativa de que isso não pode ser fixado em lei e seria inconstitucional. Também foram vetados trechos que tratavam sobre a forma de pagamento do PIS e do Cofins para as empresas vendedoras dessas bebidas, sob a justificativa de que resultariam em renúncia de receita sem serem acompanhadas de estimativas de impacto financeiro para a União. Em relação aos produtos de informática, a medida acaba com a isenção de PIS/Pasep e do Cofins sobre determinados itens – essa isenção fazia parte do programa de inclusão digital do governo federal.

Dilma sanciona LDO 2016 com vetos a reajuste do Bolsa Família. A presidenta Dilma Rousseff sancionou com vetos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016. O texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União de 31 de dezembro e traz, entre os vetos, dispositivo que previa reajuste para os beneficiários do Bolsa Família. A LDO contém parâmetros e estimativas que orientam a elaboração do Orçamento deste ano. De acordo com a proposta aprovada pelo Congresso Nacional, a correção do benefício para todas as famílias seria medida de acordo com a inflação acumulada de maio de 2014 a dezembro de 2015. Ao vetar o trecho da lei, a presidenta Dilma Rousseff justificou que o reajuste não está previsto no projeto de Lei Orçamentária de 2016, que já foi aprovado pelos parlamentares e deve ser sancionado por ela nos próximos dias. Outro ponto vetado exigia que a União reservasse um valor mínimo para ações e serviços públicos de saúde, seguindo uma regra que leva em conta a variação do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior.

Em artigo, Dilma critica oposição e promete redução da inflação em 2016. A presidenta Dilma Rousseff publicou na sexta (1º) um artigo no qual faz um balanço do que considera positivo em 2015 e critica setores da oposição que, segundo ela, não aceitaram o resultado das urnas. Apesar do pedido de impeachment aceito contra ela na Câmara dos Deputados, a presidenta afirmou que não alimenta "mágoas nem rancores". No artigo, a presidenta informou que, mais do que um balanço, pretendia falar da "confiança" no futuro, de sua "crença no Brasil e na força do povo brasileiro". Para o ano que se inicia, Dilma prometeu construir uma proposta de reforma previdenciária, com a preservação de direitos adquiridos. Segundo a presidenta, o projeto será construído em diálogo com trabalhadores e empresários. Afirmou que as expectativas de quem está no mercado de trabalho devem ser respeitadas, "de forma efetivamente sustentável". Além disso, a presidenta adiantou que vai convocar o Conselho de Desenvolvimento Social para discutir reformas para o sistema produtivo, em especial no aspecto tributário.

TCU cobra explicação do governo para MP do acordo de leniência. O ministro do Tribunal de Contas da União Walton Rodrigues determinou que o governo dê explicações sobre a Medida Provisória do acordo de leniência, assinada pela presidente Dilma Rousseff em dezembro. Com a justificativa de evitar demissões no setor empresarial, a MP implementa novas regras para acelerar os acordos de leniência, que são aqueles em que uma empresa envolvida em algum tipo de ilegalidade, em troca de redução da pena ou até mesmo da eliminação das multas, denuncia o esquema e se compromete a auxiliar um órgão público na investigação. A determinação do ministro Rodrigues atende a um pedido do Ministério Público de Contas, que alega que a MP afronta os poderes de fiscalização do TCU. No despacho, do dia 29 de dezembro, Rodrigues dá 15 dias para a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União prestarem os esclarecimentos. Até a última atualização desta reportagem, as duas assessorias ainda não tinha a informação se a determinação do TCU chegou aos órgãos. De acordo com o despacho do ministro, o Ministério Público de Contas afirmou que a MP limita a ação do tribunal em casos de acordo de leniência, ao restringir a participação do TCU a um momento posterior à celebração dos acordos. Isso configuraria, segundo o ministro, um desrespeito a uma Instrução Normativa do próprio tribunal. Entre outros pontos, a MP prevê que penalidades previstas na lei da licitação, como autorização para a empresa voltar a assinar contratos com a administração pública, sejam utilizadas no acordo de leniência. Juristas, nos dias seguintes

à edição do texto, criticaram a MP e afirmaram que ela "acoberta" empresas corruptas por permitir que as companhias, mesmo sob sanções, possam assinar novos contratos com o poder público.

Judiciário

Possível sucessão no Planalto é incerta em ações movidas no TSE. Diferentes interpretações sobre a aplicação da lei em caso de cassação pelo Tribunal Superior Eleitoral da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer, eleita em 2014, poderão tornar ainda mais conturbado o desfecho da crise política. Uma nova lei aprovada no último mês de setembro contribuiu para aumentar a incerteza. O mandato da petista corre risco em duas frentes. No Congresso, com o andamento do processo de impeachment. No TSE, com quatro ações movidas pelo PSDB, que acusa a campanha de Dilma e Temer de praticar crimes eleitorais e receber dinheiro de propina da Petrobras, o que ambos negam. Na hipótese de impeachment de Dilma, há consenso: quem assume a Presidência é o vice, Michel Temer. Já pela via do TSE, a sucessão é controversa. Dilma e Temer podem ter o mandato cassado se o tribunal entender que a chapa cometeu irregularidades na campanha. O julgamento deve ocorrer em meados de 2016. Nesse caso, diferentemente do impeachment, os votos da chapa tornam-se nulos, o que gera debates sobre qual caminho seguir: nova eleição ou posse do segundo colocado –no caso, o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Nos dois precedentes mais recentes, citados, por exemplo, em um artigo do especialista em direito eleitoral Allan Coelho Duarte, consultor do Senado, o TSE entendeu que os segundos colocados deveriam assumir no lugar dos governadores cassados. Ambas as decisões são de 2009, referentes às eleições de 2006. No Maranhão, após a cassação do governador Jackson Lago (PDT) e de seu vice por abuso de poder econômico na eleição, o TSE deu posse à chapa de Roseana Sarney (PMDB). Isso porque, anulando e excluindo da conta os votos de Lago no primeiro turno, Roseana passou a ter a maioria (50% mais um) dos votos válidos. Para complicar, especialistas alertam para a edição da lei nº 13.165, de setembro, que mudou o Código Eleitoral e passou a obrigar a realização de nova eleição em qualquer caso em que haja cassação.

STF arquiva ação contra senador Randolfe Rodrigues. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o arquivamento inquérito contra o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O parlamentar tinha sido acusado pelo delator Carlos Alexandre de Souza Rocha, o "Ceará", entregador de dinheiro de Alberto Youssef, de recebimento de propina. As informações são do jornal Folha de São Paulo. O ministro Teori Zavascki acompanhou entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR) – que havia opinado pelo arquivamento -, depois de uma contradição entre o depoimento de Rocha, e de outro delator na Lava Jato. A decisão de Teori é de antes do recesso, 9 de dezembro do ano passado, antes de terem sido tornados públicos os depoimentos de "Ceará".

Último Foco

Siderurgia prevê mais um ano de retração em 2016. As siderúrgicas brasileiras enfrentarão em 2016 mais um ano de baixa demanda no mercado interno diante do cenário de retração do Produto Interno Bruto (PIB), na que já é considerada a pior recessão vivida pelo Brasil. Esse quadro é reflexo da situação de setores como o automotivo, de bens de capital e construção civil, que vêm sentindo o baque da crise política e econômica que colocou os investimentos no País em compasso de espera. Com isso, não está descartado que mais altos-fornos sejam desligados, à espera de alguma melhora do mercado. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo, é a próxima a suspender a produção de um de seus altos-fornos, na usina em Volta Redonda (RJ), o que reduzirá em 30% a produção de aço da empresa. Em 2015, as usinas viram suas margens de rentabilidade cada vez mais comprimidas, com Usiminas e CSN amargando prejuízos trimestrais. Menos exposta ao aço plano e com maior diversificação regional, a Gerdau desponta como a mais bem posicionada, ancorada no fato de ter 60% de suas receitas vindas de fora do Brasil, benefício amplificado ainda pela desvalorização do real em relação ao dólar. Além da paralisação de aciarias, a companhia já promoveu corte de pessoal e fez uso da suspensão de contratos de trabalho (lay off) e férias coletivas. A companhia já disse que, para a atual demanda, a Gerdau está ajustada, mas está monitorando o andamento do mercado. O Instituto Aço Brasil (IABr) também prevê mais uma queda nas vendas internas neste ano, de 4% na relação anual. O cálculo é de que em 2015 as vendas de aço no mercado doméstico tenham queda de 16,3% na comparação com o volume de 2014, para 18,2 milhões de toneladas. O

presidente executivo da entidade, Marco Polo de Mello Lopes, tem afirmado repetidamente que o setor vive atualmente a pior crise de sua história e que, por isso, o número de demissões deverá crescer. Para trazer algum alívio às fabricantes nacionais, o governo estuda aumentar a alíquota do imposto de importação do aço. Se a medida for confirmada, ela diminuiria a entrada do produto de fora do País, principalmente o chinês, e abriria algum espaço, mesmo que limitado, para que as usinas nacionais ampliem seus volumes de vendas no mercado interno.

Governo Federal edita Medida Provisória para reincorporar trechos de rodovias federais transferidas para os estados. O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 708/2015 que autoriza a reincorporação de trechos da malha rodoviária federal transferidos a 15 estados, por força da Medida Provisória nº 82/2002. As rodovias transferidas para os 15 estados, que constam com empreendimentos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, continuarão com a execução das obras previstas. O DNIT terá um prazo de 210 dias, após publicação da relação de trechos da malha rodoviária a ser reabsorvida pela União, para utilizar recursos federais na executar de obras e serviços de conservação, de manutenção, de recuperação, de restauração, de sinalização e de supervisão dos demais seguimentos. Os estados terão o mesmo prazo, de 210 dias, para organizarem os processos licitatórios necessários para dar continuidade na manutenção e conservação dos trechos que ficarem com sob sua a responsabilidade.

Multa para construtora que atrasar entrega de imóveis pode ir a Plenário. As construtoras que não entregarem o imóvel a seus compradores em até 180 dias após o prazo estipulado em contrato podem ser punidas com multa mensal de 0,5% do valor pago pelo comprador. É o que propõe o PLC 16/2015, que tramita em conjunto com o PLS 279/2014. Ambos estão prontos para inclusão na ordem do dia do Plenário do Senado em fevereiro. Pelo texto, as construtoras poderão atrasar em, no máximo, 180 dias a entrega de imóveis, sem qualquer penalidade. Após esse prazo, serão obrigadas a pagar multa mensal de 0,5% do valor pago pelo comprador e mais multa compensatória de 1% sobre o montante já quitado. O projeto foi relatado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Seu parecer, aprovado na comissão, rejeitou o PLS e aprovou o PLC, com emendas. Raupp disse ser comum no mercado imobiliário a previsão de um período de tolerância para entrega de imóveis vendidos ainda em construção, mas observa que não há padronização entre as construtoras quanto à duração do atraso, que em alguns contratos passa de seis meses, nem previsão legal quanto ao valor da multa por descumprimento do prazo. O projeto modifica a lei que regulamenta as incorporações imobiliárias (Lei 4591/1964) para prever o prazo máximo de 180 dias de atraso, contados da data fixada para entrega das chaves, e os percentuais de multas para quem ultrapassar essa tolerância. Além disso, prevê a atualização dos valores das multas pelo mesmo índice previsto no contrato e admite a dedução nas parcelas do saldo devedor. A proposta determina ainda que as incorporadoras enviem informações mensais ao comprador sobre o andamento das obras e, seis meses antes da data combinada para a entrega do imóvel, avisem quanto a possíveis atrasos. As novas normas passarão a valer para os contratos celebrados 90 dias depois de publicadas as mudanças na lei. Para Raupp, o PLC contribui para acabar com prazos “excessivamente dilatados” para entrega de apartamentos vendidos “na planta”, situação verificada com frequência e que resulta em transtornos e prejuízos aos consumidores.

Crise e incerteza no Brasil aceleram fuga de elites. Incertezas no Brasil aceleraram a procura da elite por alternativas que considera mais seguras para aplicar seus recursos fora do país. Corretores e advogados ouvidos relataram um aumento na compra de imóveis em Nova York no último ano, quando a crise nacional se aprofundou. Além da questão financeira, há um movimento em busca de melhor qualidade de vida. Nesses casos, benefícios fiscais oferecidos por governos europeus, como Portugal, também têm surtido efeito. Nos EUA, o controle menos rígido sobre a origem do dinheiro incentiva investimentos em um mercado imobiliário valorizado e com liquidez. Instrumentos jurídicos que permitem o uso de empresas de fachada e offshores são comuns na aquisição de imóveis por estrangeiros em Nova York. Além de, em alguns casos, dificultarem a identificação do proprietário, ajudam a evitar o imposto de herança, que nos EUA pode chegar a 50% do valor do imóvel.

Multa para construtora que atrasar entrega de imóveis pode ir a Plenário. As construtoras que não entregarem o imóvel a seus compradores em até 180 dias após o prazo estipulado em contrato podem ser punidas com multa mensal de 0,5% do valor pago pelo comprador. É o que propõe o PLC 16/2015, que tramita em conjunto com o PLS 279/2014. Ambos estão prontos para inclusão na ordem do dia do Plenário

do Senado em fevereiro. Pelo texto, as construtoras poderão atrasar em, no máximo, 180 dias a entrega de imóveis, sem qualquer penalidade. Após esse prazo, serão obrigadas a pagar multa mensal de 0,5% do valor pago pelo comprador e mais multa compensatória de 1% sobre o montante já quitado. O projeto foi relatado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Seu parecer, aprovado na comissão, rejeitou o PLS e aprovou o PLC, com emendas. Raupp disse ser comum no mercado imobiliário a previsão de um período de tolerância para entrega de imóveis vendidos ainda em construção, mas observa que não há padronização entre as construtoras quanto à duração do atraso, que em alguns contratos passa de seis meses, nem previsão legal quanto ao valor da multa por descumprimento do prazo. O projeto modifica a lei que regulamenta as incorporações imobiliárias (Lei 4591/1964) para prever o prazo máximo de 180 dias de atraso, contados da data fixada para entrega das chaves, e os percentuais de multas para quem ultrapassar essa tolerância. Além disso, prevê a atualização dos valores das multas pelo mesmo índice previsto no contrato e admite a dedução nas parcelas do saldo devedor. A proposta determina ainda que as incorporadoras enviem informações mensais ao comprador sobre o andamento das obras e, seis meses antes da data combinada para a entrega do imóvel, avisem quanto a possíveis atrasos. As novas normas passarão a valer para os contratos celebrados 90 dias depois de publicadas as mudanças na lei. Para Raupp, o PLC contribui para acabar com prazos “excessivamente dilatados” para entrega de apartamentos vendidos “na planta”, situação verificada com frequência e que resulta em transtornos e prejuízos aos consumidores.

Investimento em infraestrutura deve ter em 2016 o 2º ano seguido de paralisia. Para o setor de infraestrutura, 2016 deverá ser um ano tão ou mais complicado que 2015. Na avaliação dos especialistas, o estrangulamento dos cofres públicos continuará a travar os investimentos sobre as grandes obras, o que só tende a agravar o cenário, porque adia a conclusão dos projetos e, conseqüentemente, aumenta os custos dos projetos. Para o secretário-geral da organização Contas Abertas, Gil Castello Branco, os desdobramentos da Operação Lava Jato, que levaram à prisão dos presidentes e diretores das maiores empreiteiras do País, complicaram a situação do setor de infraestrutura, mas não podem ser entendidos como a causa central do problema. Uma das evidências dessa situação são os calotes do governo, que em 2015 voltaram a ser frequentes, depois de anos sem que se ouvisse falar sobre atraso de pagamentos pelo poder público. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), segundo José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), chega a acumular atrasos em pagamentos de até 150 dias.

Estatuto da Pessoa com Deficiência entra em vigor com garantia de mais direitos. Entrou em vigor no último sábado (2) o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que traz regras e orientações para a promoção dos direitos e liberdades dos deficientes com o objetivo de garantir a essas pessoas inclusão social e cidadania. A nova legislação, chamada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, garante condições de acesso a educação e saúde e estabelece punições para atitudes discriminatórias contra essa parcela da população. Hoje no Brasil existem 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. A lei foi sancionada pelo governo federal em julho e passa a valer somente agora, 180 dias após sua publicação no Diário Oficial da União. Um trecho que foi vetado pela presidenta Dilma Rousseff na época de sua sanção, porém, gerou críticas. O projeto de lei aprovado pelos parlamentares obrigava empresas com menos de 100 funcionários a contratarem pelo menos uma pessoa com deficiência. Atualmente, a obrigação vale apenas para as empresas com 100 trabalhadores ou mais. Uma novidade da lei é a possibilidade de o trabalhador com deficiência recorrer ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço quando receber prescrição de órtese ou prótese para promover sua acessibilidade.